A CONVIVÊNCIA DO GRUPO FAMILIAR NAS METRÓPOLES: O CASO DO RIO DE JANEIRO*

Thierry Linard de Guertechin

Resumo

No quadro da região metropolitana do Rio de Janeiro, salienta-se o fenômeno da convivência do grupo familiar. Após uma breve descrição do crescimento urbano da região metropolitana evidenciando o incremento maior da periferia e das favelas do município do Rio de Janeiro, discutem-se as definições e tipologias da Família. Notando que o fenômeno da convivência familiar e domiciliar está mais presente na metrópole que no conjunto do país, reativa-se o processo de nuclearização da família como correlativa à modernização induzida pela metrópole. Observando que a convivência familiar e domiciliar existe mais nas áreas periféricas e pobres da metrópole, chega a perguntar-se sobre o papel da convivência domiciliar como meio da sobrevivência familiar.

INTRODUÇÃO

Uma característica fundamental da dinâmica populacional no Brasil foi o seu considerável crescimento. O Brasil foi um país que atraiu amplo fluxo de migrantes até à crise econômica dos anos 30. O esvaziamento daquele fluxo não diminuiu em nada o crescimento populacional. Quando o número de imigrantes começou a baixar, tornando-

* Comunicação apresentada no simpósio: "La Metrópoli en América Latina — promesa y amenaza para el hombre", na Universidade Católica de Eichstätt (R.F.A.) 16-20 de novembro de 1984.

se insignificante, neste momento, salientaram-se os efeitos da queda da mortalidade, dado que a fecundidade ficou constante. O que provocou um nível de crescimento natural elevado (3% ao ano). Este forte crescimento populacional exerceu um papel capital para entender os fluxos de migrações internas no Brasil. Aliado a esta reserva da população no campo formado graças a um forte crescimento natural, existiam, ao mesmo tempo, forças de expulsão sobre as populações rurais do nordeste, dado às péssimas condições de vida e trabalho; como também, forças de atração, impostas pelo modelo econômico de desenvolvimento brasileiro que fez da região sudeste com as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, uma área de atração, com possibilidades de emprego e salários melhores. A população nordestina foi formar uma mão-de-obra abundante e barata nas grandes cidades. A concentração populacional nas metrópoles, reflete de maneira visível a forte concentração e expansão do setor industrial. A queda da fecundidade, de ordem de 25%, generalizada em todo o Brasil na década dos anos 70 não freiou as migrações para os centros urbanos e as metrópoles. Pois houve, ao nível do país, uma diminuição, em termos absolutos, da população rural.

No censo demográfico de 1940, as estatísticas do IBGE enumeravam 31% da população brasileira em situação urbana, quer dizer, a população residente nas sedes de municípios e distritos. No censo de 1980, 68% da população brasileira era urbana. Houve um processo de urbanização acelerada como se vê no quadro 1.

Quadro 1: População total e urbana (em milhares), taxa média de crescimento anual.

Anos	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Urbana Pop. Total %	Taxa média de crescimento	
				Pop. Urbana em %	Pop. Total em %
1940	41.165	12.880	31,2	3,84	2,39
1950	51.942	18.783	36,2	5,24	2,99
1960	70.070	32.005	45,1	5,22	2,89
1970	93.139	52.905	55,9	4,45	2,49
1980	119.099	80.436	67,6		

Fonte: IBGE, censos demográficos.

De 70 a 80, a segunda região metropolitana do país, Rio de Janeiro, foi responsável por 8,68% do aumento populacional do país, 16,27% da região sudeste e 84,09% do Estado, seja 1,9 milhão de pessoas. Discriminando a região metropolitana do Rio de Janeiro por municípios que a constituem, observa-se um incremento maior, em termos relativos das cidades periféricas do município do Rio de Janeiro. Este fenômeno de "periferização" está continuando devido, em boa parte aos fluxos migratórios. Do total dos imigrantes para a região metropolitana do Rio de Janeiro (1,3 milhão), 38% fixaram-se no município do Rio de Janeiro (0,5 milhão).

Quadro 2: População residente, variação absoluta e relativa, taxa média do crescimento anual e densidade do município do Rio de Janeiro e municípios periféricos.

	População Residente		Varição absoluta	Varição relativa em %	Taxa méd. de cresc. anual em %	Densidade hab/ha	
	1970	1980	70/80	70/80	70/80	1970	1980
Rio de Jan.	4.252.009	5.093.232	841.223	19,78	1,82	36,31	43,49
Perif. próx.*	2.344.941	3.235.397	890.456	37,97	3,22	14,47	19,97
Perif. dist.**	485.454	690.008	204.554	42,14	3,52	1,32	1,88
Grande RJ (total)	7.082.637	9.018.637	1936.233	27,34	2,45	10,96	13,95

FONTE: IBGE, Censos demográficos.

Notas: * Municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João de Meriti.

** Municípios de Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Paracambi e Petrópolis.

Dentro do município do Rio de Janeiro, é notável tanto o aumento do número de favelas quanto o incremento da população favelada, ligado à expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro. De 1950 a 1980, a população total do município cresceu mais de duas vezes, enquanto a população favelada mais de dez vezes. Em 1950, de cada 14 habitantes do município do Rio de Janeiro, 1 era favelado e em 1980, de cada 3 habitantes, 1 é favelado(1). Em outras palavras quem faz crescer cada vez mais a cidade é a população favelada.

Quadro 3: Número de favelas do município do Rio de Janeiro e sua população, 1950-1980.

	A n o s				Taxa média de crescimento anual em %		
	1950	1960	1970	1980	1950/60	1960/70	1970/80
Nº de fav.	58	147	230	309	9,3	4,5	3,0
Pop. favelada (em milhares)	169,3	337,0	757,7	1.740,8	6,9	8,1	8,3
Pop. não favelada (em milhares)	2.208,2	2.910,7	3.494,2	3.662,5	2,8	1,8	0,5
Pop. total (em milhares)	2.377,5	3.247,7	4.751,9	5.403,4	3,1	2,7	2,4

FORNTE: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), 1980, ver IBASE Op. cit. p. 63.

É bom lembrar que há provavelmente uma sub-estimativa da população favelada. Pois, segundo pesquisas em andamento na RIOPLAM (Fundação Municipal de Planejamento) com dados de diferentes fontes independentes, o número de favelas no município em 1981, estava estimado em 465, o que representaria num só ano (de 80 a 81) um aumento de 50%!(2).

A NOSSA PROBLEMÁTICA

Relaciona-se o processo de urbanização aos movimentos migratórios do campo para as cidades. Nos estudos sobre as migrações salienta-se o papel exercido pela família ou grupo familiar. Destaca-se no processo de deslocamento a influência do grupo familiar na decisão de migrar e fixar-se. Assimila-se a migração a um processo de modernização induzida pela urbanização e industrialização. A família ou grupo familiar mudaria de papel nesta mobilidade geográfica entendida como mobilidade social, de uma sociedade tradicional com famílias extensas a uma sociedade moderna com famílias nucleares. Opõe-se assim a função econômica da família extensa ou solidariedade do grupo familiar na exploração agrícola às funções múltiplas de foro mais íntimo da família nuclear chamada moderna. Sociólogos da família como CÂNDIDO(3) e GOODE(4) associam as famílias extensas ou estendidas no meio rural socialmente pouco organizado e complexitado. Em

outros termos, o tipo de família é em relação com a integração ou não da família nas estruturas da sociedade. A família conjugal ou nuclear seria a família "tipo" das sociedades industriais.

É esta problemática que queremos indagar. Num país industrializado tardiamente como o Brasil, e especialmente na região metropolitana do Rio de Janeiro, pode-se observar uma "nuclearização" da família e individualização do grupo familiar? Sem querer voltar a um passado longínquo, pode-se perguntar, em primeiro lugar, se o modelo familiar predominante, em termos de números, foi no passado a família extensa ou estendida. Durante o Brasil-Colônia e o Brasil-Império, o modelo familiar dominante no sentido político e cultural foi a família "patriarcal". Esta, a começar do núcleo conjugal estendeu-se para ocupar e dominar o espaço sócio-econômico e político. Esse grupo de famílias foi, na realidade, uma minoria que foi articulando em redor dela relações de dependência sob a forma de padrinagem, clientelismo, etc... A função dos "dominados" reduziu-se à reprodução biológica (procriadora e alimentadora)(5).

Não se trata aqui de dirimir um debate sobre o tipo de família, nem no passado nem no processo de urbanização brasileira. Nosso propósito é voltar-se para a análise, ainda bastante descritiva, da estrutura familiar focalizando as relações de parentesco dentro e/ou fora da unidade familiar. Este esforço empírico parece imprescindível antes de resolver a dicotomia família nuclear versus família extensa num processo de urbanização acelerada que ocorreu e está ocorrendo na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nosso trabalho está baseando-se essencialmente sobre os dados censitários e as PNADs (pesquisas nacionais por amostragens de domicílios), o que limita a investigação. Os dados censitários são pobres para uma compreensão mais profunda. Lembrando uma observação de George MARTINE, referente ao estudo da migração, mas pertinente para o nosso tema: "há um hiato claro entre o que se desejaria estudar sobre o fenômeno migratório e aquilo que os dados disponíveis permitem realizar"(6).

PROBLEMAS DE ORDEM CONCEITUAL: UNIDADE FAMILIAR E/OU UNIDADE DOMICILIAR

Nos censos demográficos, apesar da afirmação dos órgãos responsáveis pelo levantamento e apuração dos dados(7), houve uma mudança na compreensão dos conceitos de "domicílio" e "família". No censo

de 1950, havia uma assimilação da unidade familiar à unidade domiciliar. Por isso o número de famílias era igual ao número de domicílios particulares permanentes. Esta unidade domiciliar é "um conjunto de pessoas que ocupam um mesmo domicílio a título de residência"(8). A família segundo o censo demográfico de 1950 "compreende o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica..."(9). Por domicílio particular, "compreende-se o lugar onde mora uma pessoa ou convivem duas ou mais pessoas" No curso do tempo e dos censos demográficos posteriores, as definições tanto da unidade domiciliar, quanto da unidade familiar vão distinguir-se e aproximar-se das definições do "Dictionnaire Démographique Multilingue" das Nações Unidas, atualizado pela UIESP. No censo de 1960, abre-se uma porta para incluir outro grupo familiar na mesma unidade domiciliar. "As pessoas sem laços de parentesco ou de dependência doméstica que vivessem no domicílio de *um grupo familiar* foram incluídas no grupo na condição de pensionistas, com exceção de casos em que estivessem vivendo em companhia de outras as quais fossem ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica, quando passaram a ser consideradas como *outro grupo familiar dentro do mesmo domicílio* (famílias conviventes)"(10). Na verdade, no censo de 1960, não se chega a uma diferença significativa entre família e domicílio; fica na ordem de 2%. O que se explica pela estreiteza da definição que exclui do conceito de "família convivente" as relações de parentesco e de dependência econômica.

A partir do censo de 1970, distingue-se de maneira mais nítida, pelo menos em termos conceituais, a unidade familiar por um lado, e a unidade domiciliar por outro lado. Mesmo assim a unidade familiar não se limita aos "laços em que implica o processo de reprodução, sobretudo na medida em que esses laços são mencionados socialmente por dispositivos legais ou usuais"(11). "Considerou-se como Família um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica, que vivessem no mesmo domicílio ou pessoa que vive só, em domicílio independente. Foi ainda considerado como família todo conjunto de no máximo 5 pessoas que vivessem num Domicílio Particular, sem estarem ligados por laços de parentesco ou de dependência doméstica"(12). Por domicílio, entende-se o "local de moradia, estruturalmente independente, formado por um ou mais cômodos, com entrada privativa"(13). Em outras palavras, o número de domicílios particulares (permanentes e improvisados) coincide com o número de famílias únicas (uma família no domicílio) mais o número de famílias conviventes principais (o núcleo principal no domicílio). As famílias conviventes secundárias distinguem-se em conviventes com relação de parentesco ou sem relação de parentesco.

O censo demográfico de 1980 segue os mesmos critérios estabelecidos no censo de 1970. Mas, para 1980, o número de domicílios particulares (permanentes e improvisados) não coincide com a soma das famílias únicas e conviventes principais. Ana Maria GOLDANI ALTMANN, numa análise da informação censitária, estima que "as diferenças se devem ao critério de expansão da amostra, que no caso das famílias leva em conta o peso das características do chefe destas, e para os domicílios o peso das características dos chefes dos mesmos"(14). Devido a esta prática diferencial do levantamento censitário, o censo de 1980 permite reconstruir as relações de parentesco e não parentesco entre os componentes da unidade domiciliar, chamada por alguns autores "família de residência"(15).

Recapitulando este levantamento da problemática conceitual há, nos censos de 70 e 80, duas tipologias de famílias, a primeira baseada sobre a relação de parentesco e a segunda sobre a presença ou não de outro grupo familiar no domicílio.

DUPLA CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS

1. Segundo a relação de parentesco:

- 1.1 Família "unipessoal" quando uma pessoa só reside no domicílio particular.
- 1.2 Família "nuclear" quando o chefe da família reside no domicílio, com pelo menos um filho ou mais de um, sendo este(s) solteiro(s), ou os dois cônjuges com ou sem filhos solteiros.
- 1.3 Família "extensa" quando reside no domicílio particular outro parente (que não seja cônjuge ou filho solteiro) do chefe.
- 1.4 Família "composta" quando reside no domicílio particular uma pessoa não parente do chefe.

Nota: Não se toma em consideração o empregado doméstico para discriminar o tipo de família.

2. Segundo o número de grupos familiares no mesmo domicílio particular:

- 2.1 Família "única": uma família só no mesmo domicílio particular.
- 2.2 Famílias "conviventes": dois ou no máximo três grupos familiares morando no mesmo domicílio particular.

- 2.2.1 Família "convivente principal" quando o chefe de família é o chefe de domicílio.
- 2.2.2 Família(s) "convivente(s) secundária(s)" quando o chefe de família não é o chefe de domicílio.
 - 2.2.2.1 Família(s) "convivente(s) secundária(s) parente(s)" quando este(s) grupo(s) familiar(es) tem relações de parentesco com o chefe do domicílio.
 - 2.2.2.2 Família(s) "convivente(s) secundária(s) não parente(s)" quando este(s) grupo(s) familiar(es) não tem relações de parentesco com o chefe do domicílio.

Esta dupla classificação não é diretamente equiparável. Há embaixo dessas tipologias um problema de definição de unidade familiar. O que interessa numa problemática de urbanização e metropolização é a *convivência do grupo familiar* em termos de moradias. Por isso, considera-se as famílias conviventes como famílias extensas ou compostas, sabendo que há também famílias únicas que são extensas ou compostas. O nosso conceito de grupo familiar tende a assimilar-se à *unidade de convivência domiciliar*(16).

INCREMENTO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS CONVIVENTES NO MESMO DOMICÍLIO DE 1970 A 1980, BRASIL:

Notável é a diferença de ritmo do incremento do número de famílias segundo a convivência ou não com outra família.

Quadro 4: Evolução do número de domicílios, famílias únicas e conviventes (em milhares), tamanho da família, densidade domiciliar.

	Domicílios particulares	Famílias (total)	Famílias Únicas	Famílias Conviventes		
				Principais	Secundárias	
					C/rel. de parentesco	S/ rel. de parentesco
Em 1970	17.643	18.554	17.770	873	833	78
Em 1980	25.293	26.807	24.021	1.338	1.349	99
Aumento absoluto	7.650	8.253	7.251	465	616	21
Aumento relativo	43,4%	44,5%	43,2%	53,3%	61,9%	26,9%
Cresc. m. anual	3,6%	3,7%	3,6%	4,3%	4,8%	2,4%
Nº de pessoas/família em 1970	5,10	4,84	4,95	4,59	3,29	3,41
em 1980	4,65	4,40	4,49	4,29	3,05	2,98
Cresc. médio anual das pessoas	2,7%	2,7%	2,6%	3,6%	4,0%	1,0%

FONTE: Censos demográficos 1970 e 1980.

Nota: No censo de 1970, define-se como famílias conviventes as famílias de, no mínimo duas pessoas que convivem no mesmo domicílio particular, entretanto no censo de 1980, define-se como famílias conviventes, as famílias de, no mínimo duas pessoas *cada uma*, que convivem no mesmo domicílio particular. Por isso, em 1970, há famílias conviventes principais ou secundárias de uma pessoa só o que não é caso no censo de 1980.

Ao nível do Brasil, o fenômeno de convivência de grupos familiares, dentro do mesmo domicílio particular, aumentou durante a década de 70, apesar da subestimativa de famílias conviventes em 1980, induzida pela mudança de definição. Na PNAD de 1976, a proporção de famílias conviventes era maior nas áreas urbanas que nas áreas rurais (respectivamente 11,80% e 9,58%)(17). A diferença é fraça, mas pelo menos impede relacionar a família convivente com o meio rural mais tradicional. Ao contrário pode-se perguntar se não há uma relação entre o processo de urbanização e o incremento do fenômeno de convivência, pelo menos em termos de moradia. Significativo é o tamanho menor das famílias conviventes como se fossem uma extensão de um núcleo familiar principal. Também salienta-se a importância do laço de parentesco na constituição das famílias conviventes. Sobre 100 famílias conviventes secundárias, 91 tinham uma relação de parentesco com o chefe do domicílio em 1970 e 93 em 1980.

Voltando às relações de parentesco dentro do grupo familiar, chegar-se-á a conclusões divergentes segundo a unidade de referência: a "unidade familiar" por um lado, e a "unidade de convivência familiar" por outro lado. No primeiro caso (ver quadro 5), falar-se-á de nucleização da família brasileira, entretanto no segundo caso (ver quadro 6) chegar-se-á a uma posição mais matizada.

Quadro 5: Distribuição das famílias (unidade familiar) segundo o tipo.

Tipo	1960		1970		1976	
	absoluta	relativa %	absoluta (em milhares)	relativa %	absoluta (em milhares)	relativa %
Total	173.620	100,0	18.554	100,0	23.130	100,0
Unipessoal	9.222	5,3	938	5,1	1.116	4,8
Nuclear	119.577	68,9	13.609	73,3	17.489	75,6
Extensa	38.627	22,2	3.016	16,2	3.506	15,2
Composta	5.868	3,4	991	5,4	1.020	4,4

FONTE: ALTMANN Ana Maria GOLDANI, Estrutura familiar e transição demográfica: o caso do Brasil, *Congresso Latino-americano de Población y desarrollo*, México, 8-10 novembro 1983, p. 8.

Quadro 6: Distribuição das famílias (unidade de convivência domiciliar).

Tipo	1960		1980		1980 (urbana)		1980 (rural)	
	absoluta	relativa %	absoluta (em milh.)	relativa %	absoluta (em milh.)	relativa %	absoluta (em milh.)	relativa %
Total	173.620	100,0	25.211	100,0	17.771	100,0	7.440	100,0
Unipessoal	9.222	5,3	1.541	6,1	1.126	6,3	415	5,4
Nuclear	119.577	68,9	17.277	68,6	11.916	67,1	5.361	72,3
Extensa	38.627	22,2	5.376	21,3	3.961	22,3	1.414	19,0
Composta	5.868	3,4	1.017	4,0	768	4,3	249	3,3
Mal definida	326	0,2	—	—	—	—	—	—

FONTE: *Para 1960, LOPES, Valdecir F., *Intrudução ao Estudo da Família no Brasil*, com base no censo demográfico de 1960, IBGE, *Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais*, 1976, p. 460.

*Para 1980, IBGE, *Censo demográfico*, 1980.

No seu estudo da família, LOPES baseia-se sobre uma amostra do censo de 1960, 173.620 domicílios e parece definir a sua unidade de referência como "família de residência", conceito que iguala-se a nossa "unidade de convivência familiar".

Qualquer que seja a classificação escolhida, há que explicar quer o aumento das famílias conviventes quer a constância no tempo do número significativo de famílias extensas e compostas. É notável ter achado, o que foi salientado para as famílias conviventes, uma leve predominância de famílias extensas e compostas em situação urbana. Parece aqui mais uma vez duvidoso falar de nuclearização da família associada com o desenvolvimento da industrialização e urbanização no Brasil. Nota-se a permanência do laço de parentesco, incluindo não-parentes. Não se trataria de uma forma de solidariedade, herança do passado? Além disso, no processo de urbanização, uma estrutura familiar extensa parece persistir como "grupos solidários de famílias nucleares que residem na mesma localidade"(18). Neste caso haveria, nos dados dos censos, uma subestimativa.

O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Daqui para frente, trata-se de descrever e analisar a convivência do grupo familiar no processo de urbanização da região metropolitana do Rio de Janeiro. Como para o país, houve de 1970 a 1980, no Grande Rio um pequeno aumento do fenômeno de convivência pelo incremento do número de famílias conviventes, sobretudo as secundárias com laço de parentesco (ver quadro 7).

Ao nível do município do Rio de Janeiro, antigo distrito federal da Guanabara, a diminuição do número de famílias conviventes secundárias sem laço de parentesco, faz que o conjunto das famílias conviventes tenha um aumento relativo menor que o das famílias únicas. No entanto o tipo de família que está aumentando relativamente mais são as famílias conviventes secundárias com laço de parentesco (ver quadro 8). Em contraposição com o conjunto do país, as famílias conviventes principais na região metropolitana têm mais membros que as famílias únicas.

Quadro 7: Evolução do número de domicílios particulares, famílias únicas e conviventes, tamanho das famílias e densidade domiciliar – Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

	Famílias conviventes						
	Domicílios particulares	Famílias (total)	Famílias únicas	Total	Principais	Secundárias	
C/Rel. de parentesco						S/Rel. de parentesco	
1970	1.489.189	1.590.200	1.392.501	197.699	96.678	90.454	10.557
1980	2.152.226	2.311.089	2.014.540	296.549	141.283	142.719	12.547
Aumento absoluto	663.037	720.889	622.039	98.850	44.605	52.265	1.990
Aumento relativo	44,52%	45,33%	44,67%	50,00%	46,14%	57,78%	18,85%
Cresc. médio anual	3,68%	3,74%	3,69%	4,05%	3,79%	4,56%	1,72%
Nº de pessoas por família em 1970	4,48	4,19	4,25	3,76	4,25	3,30	3,18
em 1980	4,03	3,75	3,81	3,41	3,94	2,93	2,90
Cresc. médio anual do nº de pessoas	2,59%	2,64%	2,58%	3,09%	3,04	3,38%	0,81%

FONTE: IBGE, Censo demográfico 1970 e 1980.

Quadro 8: Evolução do número de domicílios particulares, famílias únicas e conviventes, tamanho das famílias e densidade domiciliar – Município do Rio de Janeiro.

	Famílias conviventes						
	Domicílios particulares	Famílias (total)	Famílias únicas	Total	Secundárias		
					Principais	C/Rel. de parentesco	S/Rel. de parentesco
1970	954.376	1.024.978	887.143	137.835	67.233	62.307	8.295
1980	1.303.711	1.402.047	1.218.672	183.375	87.422	88.209	7.744
Aumento absoluto	349.335	377.069	331.529	45.540	20.189	25.902	- 551
Aumento relativo	36,60%	36,79%	37,37%	33,04%	30,03%	41,57%	- 6,64%
Cresc. médio anual	3,12%	3,13%	3,18%	2,85%	2,63%	3,48%	- 0,69%
Nº de pessoas por família em 1970	4,30	3,99	4,04	3,67	4,11	3,27	3,10
em 1980	3,84	3,57	3,61	3,32	3,80	2,90	2,88
Cresc. médio anual do nº de pessoas	1,97%	2,03%	2,05%	1,87%	1,83	2,26%	- 1,45%

FONTE: IBGE, Censos demográficos 1970 e 1980.

Como para o conjunto do país, nota-se para a região metropolitana do Rio de Janeiro uma redução do tamanho das famílias devido em parte à queda de fecundidade. Fica assim um incremento maior em termos relativos ao número de domicílios e famílias que o do efetivo das pessoas dentro das famílias e domicílios particulares.

Considerando o tipo de família, unidade de convivência domiciliar, vê-se que na região metropolitana do Rio de Janeiro, a proporção de famílias extensas e compostas é mais elevada que a do país (ver quadros 6 e 9).

Quadro 9: Tipo de família (unidade de convivência familiar) em 1980.

	Região metrop. do R. de Janeiro		Município do R. de Janeiro		Periferia do R. de Janeiro		Estado do Rio de Janeiro			
							Urbano		Rural	
Total	1.148.796	100	1.301.073	100	847.723	100	2.513.304	100	191.508	100
Unipessoal	185.578	8,64	124.637	9,58	61.211	7,22	208.917	8,31	14.954	7,81
Nuclear	1.371.259	63,82	798.320	61,36	572.939	67,59	1.619.872	64,45	133.741	69,84
Extensa	490.929	22,85	305.262	23,46	185.667	21,90	569.345	22,65	35.521	18,55
Composta	101.030	4,70	72.854	5,60	28.176	3,32	115.170	4,58	7.292	3,81

FONTE: IBGE, Censo demográfico 1980.

Uma característica de grande cidade é o fenômeno da "família unipessoal" e como podia-se esperar, há uma percentagem maior, quase 10%, de famílias unipessoais no município do Rio de Janeiro. Na região administrativa da LAGOA, na zona sul e rica do município, chega a mais de 12%, entretanto no mesmo município, na zona norte e pobre da região administrativa de BANGU que se assimila mais à periferia do Grande Rio, as famílias unipessoais representam 6,73%. Ao ver o quadro 9, parece difícil invocar uma nuclearização da estrutura familiar no ambiente de metrópole. Pois, há proporcionalmente, menos famílias nucleares no município do Rio de Janeiro que nos municípios periféricos e nas áreas urbanas e sobretudo rurais do Estado. Quanto mais se afasta da parte mais urbanizada da metrópole, mais a família é nuclear. Dentro do município, observa-se a mesma tendência: a LAGOA, região administrativa mais urbanizada tem 59,71% de famílias nucleares, entretanto BANGU, região administrativa periférica do município tem 65,48% de famílias nucleares. Na região administrativa da LAGOA, chama a atenção a percentagem relativamente elevada de famílias compostas (8,78%). Há que considerar que estão incluídas, nesta região administrativa, 5 favelas ocupando 8% da área urbanizada e somando 62% da população da mesma região administrativa, seja 130.560 moradores sobre 211.187 habitantes(19). A população favelada resulta essencialmente da migração urbana, na qual o grupo familiar predomina com uma ou outra pessoa parente ou não ao chefe de família. "As proporções de agregados e pensionistas com tempo de residência coincidente ao chefe são altas para migrantes recentes (70,8% para chefes migrantes com 0-2 anos de residência") (20). Com o tempo, as famílias se reestruturam, por causa da saída de um ou outro membro da unidade familiar e/ou por causa da integração de outros membros parentes ou não (migração induzida).

A densidade domiciliar, quer dizer o número de pessoas por domicílio, aumenta indo do Rio para a periferia, quer a família seja nuclear, extensa ou composta, sendo que há menos pessoas nas famílias nucleares que nas famílias extensas e compostas (ver quadro 10).

Quadro 10: Número de pessoas por domicílio (unidade de convivência domiciliar) segundo o tipo de família — 1980.

Tipo de Família	Estado do Rio de Janeiro			Região Metropolitana do Rio de Janeiro			Região Adm. do município do RJ	
	Total	Urbano	Rural	Total	Periferia	Mun.RJ	Bangu	Lagoa
Total	4,12	4,07	4,76	4,03	4,31	3,84	4,27	3,55
Nucleares	4,02	3,96	4,75	3,93	4,17	3,75	4,04	3,69
Extensas	5,38	5,33	6,17	5,28	5,66	5,05	5,58	4,62
Compostas	4,96	4,90	5,94	4,86	5,59	4,57	5,63	3,99

FONTE: IBGE, Censo demográfico 1980.

Em termos de densidade habitacional, mais relevante é o cálculo do número de moradores por cômodo e dormitório. O ideal seria uma ponderação pelo tamanho dos cômodos e dormitórios, mas não há dados para isso. Aqui, marca-se uma diferenciação social muito grande (ver quadro 11). Por exemplo, a região administrativa da LAGOA é privilegiada apesar dos 62% de favelados. Aceitando os critérios do IBGE, "mais de uma pessoa por cômodo é considerado superpovoamento"(21), o que é praticamente o caso de SÃO JOÃO DE MERITI, município vizinho do Rio de Janeiro. Ao comparar com a situação de 1970, houve um melhoramento generalizado. Mas, não resulta necessariamente de uma melhor política habitacional; pois houve, na década dos anos 70 uma diminuição do tamanho da família, relacionada com a queda da fecundidade marital e acentuada sobretudo nas populações de baixa renda(22).

Quadro 11: Número de moradores por cômodo e dormitório — 1970 e 1980 (entre parênteses os resultados de 1970).

	Município do Rio de Janeiro						Munic. Periféricos	
	Região Metrop. do RJ	Total	Lagoa	Bangu	Campo Grande	Santa Cruz	Total	S. João de Meriti
Moradores por cômodo	(0,94) 0,80	(0,86) 0,72	(0,67) 0,52	(1,04) 0,90	(1,09) 0,92	(1,12) 0,96	(1,11) 0,93	(1,28) 0,99
Moradores por dormitório	(2,39) 2,18	(2,22) 2,02	(1,83) 1,64	(2,56) 2,31	(2,63) 2,35	(2,73) 2,49	(2,72) 2,27	(2,79) 2,55

FONTE: IBGE, Censos demográficos 1970 e 1980.

Infelizmente faltam dados para as favelas, mas já o quadro 11 evidencia um aumento da densidade habitacional indo para a periferia seja dentro do município, seja fora do município do Rio de Janeiro. Nas favelas, para ter uma idéia da densidade habitacional, basta considerar o espaço ocupado pelas favelas no tecido urbano e sua densidade populacional. A distribuição desigual do espaço urbano reflete a distribuição desigual da renda (familiar ou per capita). A alta densidade populacional é impressionante.

Quadro 12: Distribuição da população urbana total e favelada em algumas regiões administrativas do município do Rio de Janeiro.

	Pop. tot.	Densidade hab./ha	Pop. fav.	Densidade hab./ha	Pop. fav. Pop. tot.	Área favelada Área tot. urbaniz.
LAGOA (Sul)	2.11.187	249	130.560	1.881	61,79%	8,18%
MÉIER-PENHA-RAMOS (Zona Norte)	1.151.451	210	652.320	1.362	56,56%	8,73%

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, Aglomerações Humanas de Baixa Renda, Janeiro de 1980, FEEMA, op. cit., pp. 2.15 e 4.014.

Um aspecto importante da convivência do grupo familiar é a dimensão econômica da convivência, quer dizer a RENDA FAMILIAR e/ou DOMICILIAR. Discriminando as famílias (unidades de convivência domiciliar) em nucleares, extensas e compostas nas áreas urbanas do Estado do Rio de Janeiro em 1980, a distribuição da renda domiciliar

fica um pouco melhor para as famílias extensas e compostas, o que se entende pelo número maior de pessoas (ativas) nessas famílias.

O que interessa, é examinar se a convivência do grupo familiar dentro da unidade de convivência domiciliar traz alguma vantagem em termos de renda. Ao nível do país, em 1970 e 1980, não há diferença significativa entre a distribuição da renda familiar e domiciliar. Ao nível do município do Rio de Janeiro, a diferença entre as distribuições das rendas familiar e domiciliar acentua-se mais, a distribuição da renda domiciliar ficando levemente melhor que a da renda familiar.

De 1970 a 1980, segundo os mesmos dados do IBGE, houve uma melhoria geral da distribuição da renda familiar (unidade familiar), seguida de uma degradação até o ponto de regressar em 1983 a uma distribuição da renda semelhante à de 1970 (ver quadro 13). Relevante para a região metropolitana do Rio de Janeiro, a degradação mais acentuada da distribuição da renda familiar que a da renda domiciliar. A família, no sentido de unidade de convivência familiar parece "adaptar-se" melhor à crise (recessão econômica) que acentuou-se seriamente a partir de 1982. É interessante levantar que a distribuição da renda familiar em 1980 parece bastante semelhante à distribuição da renda domiciliar de 1983.

Quadro 13: Distribuição relativa da renda familiar e/ou domiciliar.

	Brasil				Munic. do R. de Janeiro		Região Metrop. do R.J			
	1970		1980		1970		1980		1983	
	RF	RD	RF	RD	RF	RD	RF	RF	RF	RD
Sem rendimento	3,6	2,6	1,9	1,1	2,03	1,18	1,27	1,40	4,16	0,90
Até 1 SM	34,3	33,4	19,8	18,8	14,13	12,13	4,19	5,81	11,81	5,65
> 1 a 2 SM	25,7	25,2	22,3	21,6	20,66	18,90	13,09	16,70	23,14	14,70
> 2 a 5 SM	25,2	26,3	30,7	31,3	33,55	33,96	33,56	37,19	33,05	36,36
> 5 SM	7,9	8,9	24,4	26,3	25,20	28,82	46,58	37,68	27,09	41,28
Sem declaração	3,3	3,6	0,9	0,9	4,44	5,1	1,31	1,16	0,75	1,12
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: IBGE, Censos demográficos 1970 e 1980, PNADs 1983.

Nota: No censo de 1970, os cruzeiros foram convertidos, por aproximação, em salários mínimos (SM).

OBSERVAÇÕES FINAIS

Mesmo ficando a um nível bastante simples de observação estatística, parece não desprezível o fenômeno da convivência do grupo familiar seja sob a forma das famílias conviventes com ou sem relação de parentesco, seja sob a forma de unidade de convivência domiciliar. Este fenômeno de convivência está crescendo mais rapidamente na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, áreas mais pobres do Grande Rio. De 1970 a 1980, houve na periferia um aumento relativo de 89% para as famílias conviventes e somente 57% para as famílias únicas. Dentro do município do Rio de Janeiro, há também uma distribuição diferencial do tipo de famílias. No censo de 1980, na LAGOA, zona sul, há menos de 10% de famílias conviventes, entretanto, na zona norte, BANGU-CAMPO GRANDE-SANTA CRUZ, há mais de 15% de famílias conviventes. Estudos mais aprofundados seriam relevantes para equacionar o processo de convivência familiar no quadro das metrópoles como Rio de Janeiro. Relacionando o processo de metropolização com os problemas sociais no campo (problemática da posse da terra), a migração foi vivida pelas famílias como uma melhoria relativa. A recessão econômica está afastando essa esperança e revela que não houve com a urbanização mudanças sociais significativas. A família do pequeno agricultor ou artesão tornou-se uma família favelada e/ou de periferia que se reproduz à margem da sociedade de consumo que é a metrópole. Além da problemática da sobrevivência, as novas gerações nascidas na região metropolitana, não desfrutando mais como os seus pais de raízes sócio-culturais, correm o risco de perder a sua identidade sócio-cultural. Um futuro próximo nos dirá que tipo de homem a metrópole estará produzindo.

NOTAS :

- (1) IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). *Dados da realidade brasileira*, indicadores sociais, Vozes, 1982, p. 63.
- (2) IBASE op. cit., p. 63.
- (3) GOODE, William, J., *A Família*, Livraria Pioneira Editora, 1970.
- (4) CÂNDIDO, A., *Os parceiros do Rio Bonito*, Livraria José Olympio Editora, 1964.
- (5) DUARTE, Nestor, *A ordem privada e a organização social*, Liv. Ed. Nacional, 1939.

- (6) MARTINE, George, Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização, *IV Encontro Nacional da ABEP*, Águas de São Pedro, 1984, p. 2.
- (7) IBGE, *Relatórios metodológicos*, v. 4, 1983.
- (8) PRESSAT Roland, *Dictionnaire de démographie*, PUF, 1979, ver definição do "ménage", p. 11.
- (9) IBGE, VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950, Brasil, *Censo demográfico*, p. XXIV.
- (10) IBGE, VII Recenseamento Geral do Brasil – 1960, Série Nacional, v. 1, Brasil, XIX.
- (11) *DICTIONNAIRE DÉMOGRAPHIQUE MULTILINGUE*, volume francês, UIESP, Ordina Editores, Liège, 1981, p. 22.
- (12) IBGE, VIII Recenseamento Geral – 1970, Série Nacional, v. I, Censo Demográfico, Brasil, p. XXXVII.
- (13) IBGE, *ibidem*, p. XXXVIII.
- (14) ALTMANN, Ana Maria GOLDANI, A informação de família no censo demográfico, *IIIº Seminário metodológico sobre o censo demográfico de 1980*, ABEP, Ouro Preto, junho de 1984, p. 7.
- (15) CASTRO, Mary et ALII, *O quadro das famílias em domicílios de chefe migrante e natural: um estudo censitário das diferenças nas regiões metropolitanas brasileiras*, IBGE, Estudos e pesquisas; v. 2, Rio de Janeiro, 1979, p. 131.
- (16) ALTMANN, Ana Maria GOLDANI, *op. cit.*, p. 25.
- (17) CASTRO, Mary Garcia SIMÕES, Celso Cardoso, Características da família no Brasil e nas regiões metropolitanas, *Revista brasileira de Estatística*, IBGE, Rio de Janeiro, 41(161), janeiro-março, 1980, p. 8.
- (18) WILLEMS, Emílio, The Structure of the Brazilian Family Social Forces, 1953, vol. XXXI, nº 4, pp. 339-345, citado por LOPEZ, Juarez Rubem Brandão, *Desenvolvimento e Mudança Social*, Companhia Editora Nacional, 5ª ed., 1980, p. 129.
- (19) SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, *Aglomeramentos humanos de Baixa Renda*, janeiro de 1980, citado por FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE – FEEMA, Série Relatórios Técnicos 3/80, volume 4 – Favela da Rocinha, 1980, p. 4.
- (20) CASTRO Mary Garcia e alii, *op. cit.*, p. 149.
- (21) IBGE, Indicadores Sociais, relatório 1979, Rio de Janeiro, p. 288.
- (22) MERRICK, Thomas, E., e BERQUÓ, Elza, *The Determinants of Brazil's Recent Rapide Decline in Fertility*, National Academy Press, Washington D.C., 1983, p. 36.